



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002128-05.2015.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR**
 Requerente: **Bruno Rodrigues Tognetti**
 Requerido: **Banco do Brasil S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que durante viagem que fazia à Europa teve sua carteira furtada, estando em seu interior um cartão de crédito mantido junto ao réu.

Alegou ainda que comunicou tal fato ao réu, ressaltando que o cartão não estava habilitado para uso internacional.

Salientou que mesmo assim recebeu cobranças de valores relativos a gastos no exterior com tal cartão contraídos após a subtração, com os quais não teve ligação alguma.

A matéria preliminar arguida pelo réu em contestação entrosou-se com o mérito da causa e como tal será apreciada.

Os documentos de fls. 09/10 encerram a comunicação do furto de que foi vítima o autor quando estava na Espanha, enquanto o de fls. 11/12 concerne ao Boletim de Ocorrência aqui elaborado.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

Já o de fl. 14 comprova que o réu acolheu uma das impugnações lançadas pelo autor a propósito de gasto havido com seu cartão após sua subtração.

Por fim, a fatura de fl. 13 atesta nova cobrança com essa mesma natureza.

O réu em contestação não impugnou específica e concretamente tais fatos, tecendo considerações genéricas sobre a ausência de dano moral do autor e à inexistência de seu dever em indenizá-lo.

Como se não bastasse, ele foi instado a fl. 106 a apresentar a mídia do contato feito com o autor na esteira do protocolo descrito a fl. 02, primeiro parágrafo, a exemplo de comprovar que o cartão do autor estava habilitado para uso internacional.

Não atendeu às determinações, porém, juntando somente os documentos de fls. 110/114, que não possuem ligação com o que lhe foi ordenado.

A conjugação desses elementos, aliada à inexistência de outros que apontassem para direção contrária, evidencia a falha do réu na prestação de seus serviços.

Mesmo recebendo a notícia de que o cartão de crédito do autor havia sido furtado, conforme noticiado a fl. 02 sem que houvesse impugnação, impôs-lhe gastos levados a cabo com a utilização do mesmo depois daquela ocorrência.

Os gastos, ademais, foram contraídos em outro país sem que se demonstrasse que o cartão do autor estaria habilitado a tanto.

O próprio réu reconheceu seu erro, como se vê a fl. 14, não se sabendo por qual razão insistiu em outras cobranças de igual natureza.

Bem por isso, é de rigor a declaração da inexigibilidade da dívida a propósito contida na fatura de fl. 13 e também a restituição ao autor do que despendeu a esse título sem que houvesse lastro para tanto.

Quanto aos danos morais, tenho-os como presentes.

A descrição de todo o episódio já denota que o autor foi exposto a situação por demais desagradável e que ultrapassou em larga medida o mero dissabor inerente à vida cotidiana.

O depoimento de Érica Rodrigues Tognetti converge para essa mesma direção, experimentando o autor abalo de vulto como de resto qualquer pessoa mediana suportaria em seu lugar.

O réu ao menos no caso dos autos não dispensou ao autor o tratamento que lhe seria exigível, prolongando sem qualquer razão a solução de questão que lhe seria possível fazê-lo com rapidez.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 18h00min

É o que basta para a configuração dos danos morais passíveis de ressarcimento.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pelo autor, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 7.000,00 (sete mil reais).

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para declarar a inexistência do débito tratado nos autos, bem como para condenar o réu a pagar ao autor as quantias de R\$ 159,54, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação, e de R\$ 7.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Caso o réu não efetue o pagamento no prazo de quinze dias, contados do trânsito em julgado e independentemente de nova intimação, o montante da condenação será acrescido de multa de 10% (art. 475-J do CPC).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 17 de outubro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**